

APRESENTAÇÃO DO LIVRO:

ECONOMIA EXTRACTIVA E DESAFIOS DE INDUSTRIALIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

“Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique” é uma corajosa contribuição do Prof. Carlos Castel-Branco para o estudo da economia nacional e uma proposta de caminhos para uma reflexão científica e responsável sobre os principais problemas que a nossa economia enfrenta e que se caracteriza por uma situação de subdesenvolvimento .

Castel-Branco apresenta neste trabalho uma abordagem estruturalista da economia moçambicana com uma frontalidade que podemos dizer não ter precedentes nos estudos já feitos por economistas moçambicanos sobre o tema de subdesenvolvimento e como superá-lo.

Uma primeira questão que ressalta da leitura do livro é a de que as taxas de crescimento económico que a economia do País tem registado nos últimos anos , sendo superiores às taxas médias do crescimento do PIB da África Subsaariana, não se traduzem, necessariamente, numa alteração estrutural conducente ao desenvolvimento, porquanto, “só há desenvolvimento quando há mudanças estruturais conducentes ao adensamento da matriz interindustrial, à redução do dualismo desarticulado ou segmentação desarticulada”, (Prof. Carlos Pimenta em Apontamentos tererodoxos sobre a Globalização e Desenvolvimento em África) o que o autor demonstra não ser o caso em Moçambique.

A necessidade de uma política industrial com metas e objectivos conducentes à industrialização do País, a superação da pobreza e o encurtamento do fosso que nos separa dos países mais desenvolvidos (pelo menos da região) é o imperativo que a obra nos apresenta a médio e a longo prazo.

Isto é, o autor propõe e sugere, como corolário da análise que faz da nossa economia que designa por economia extractiva , a criação de uma indústria local com sectores ligados entre si e que quebre a heterogenidade tecnológica e promova o aumento da produtividade nos várias sectores constitutivos da malha interindustrial que resulttar da implimentação das medidas de política industrial, actividades essas que vão criar rendimento adicional que por sua vez vai incrementar o consumo e a procura global.

Muito embora o autor não seja explicito, deduz-se que essas políticas industriais para serem eficazes e assumidos pelos actores económicos para quem se dirigem, têm de ser autónomas e integrarem-se em modelos de desenvolvimento indígenas, o que se infere da proposta para “um debate travado num claro contexto de economia política e luta política pelo direito e poder de influenciar o curso, direcção e natureza do desenvolvimento económico e social” . A realização desta tarefa apresenta, segundo o autor, vários desafios que, pela sua importância, passo a transcrever: (i) diversificação da base produtiva, das qualificações, articulação da base social e regional de acumulação e distribuição;(ii)desenvolvimento e exploração dos recursos naturais numa perspectiva que lhe permita gerar e reter riqueza...por via de ligações fiscais e produtivas, base para a diversificação, articulação e ampliação de base de acumulação económica ;(iii)construção de um quadro de análise e políticas focado na diversificação, articulação e ampliação da base económica que construa e fortaleça relações positivas, dinâmicas entre a despesa pública e o desenvolvimento da base produtiva que favoreça a diversificação das exportações e a substituição das importações e que neste processo amplie a base fiscal de sustentação do desenvolvimento social e económico;(iv) apropriação pelo Estado ou

socialização das rendas dos recursos e outros que permitam realizar as mudanças económicas, sociais e políticas, incluindo mudanças de direcção e amplitude dos centros de acumulação e padrões de distribuição e redução da porosidade da economia e (v) redução acelerada da dependência externa.

Em outro lugar o autor sublinha que a proposta das linhas gerais de política que apresenta à reflexão vai determinar (este é um dos objectivos principais desta política) a redução da amplitude da concentração da renda e da exclusão social que resultam da aplicação do modelo actual, de inspiração neo-liberal.

O autor lança outro desafio, como me referi anteriormente, que é o da elaboração de políticas industriais autónomas, o que implica a mobilização da *intelligentsia* nacional para proceder a uma reflexão e crítica do modelo de desenvolvimento em vigor e propor outro que a médio e a longo prazo vai alterar a estrutura da economia, reduzir a porosidade e eliminar as desarticulações entre os poucos sectores da economia e evoluir para uma matriz interindustrial mais densa e articulada aproximando-a dos quadros out-put inpput dos países mais desenvolvidos da região. Da implementação da política industrial preconizada resultará a emergência de uma classe média que pode desempenhar um papel importante na criação de emprego e estabilização social. O êxito destas políticas requer a superação do atraso institucional, substituindo aquelas instituições que bloqueiam o processo de desenvolvimento por outras mais dinâmicas e que favoreçam uma utilização economicamente útil do excedente, evitando consumos supérfluos e investimentos deficientemente programados e improdutos.

Castel Branco propõe, para romper com a natureza extractiva, concentrada da economia a solução de algumas questões dentre as quais destaco "a criação de capacidades de análise de política e de informação estatística e qualitativa em resposta a perguntas concretas relevantes para a diversificação produtiva, comercial e do investimento, não apenas para a estabilização monetarista e criação de uma cultura institucional que promova e encoraje a utilização de informação e da investigação, para tomar decisões, avaliar a sua implementação e resultados e tomar as medidas correctivas necessárias"

O desafio que nos lança Castel-Branco é dirigido a todos os moçambicanos preocupados e comprometidos com a história e com o futuro na procura de soluções para um desenvolvimento inclusivo que leve o país a inserir-se na economia regional e internacional livre de dependências.

No nosso entender o Professor seguindo uma metodologia estruturalista é inovador, no nosso país, na maneira como analisa as causas do subdesenvolvimento, propondo soluções de ruptura com o modelo em vigor e adoptando uma política industrial que conduza à superação da pobreza com a adopção políticas de cooperação internacional que não reproduzam a dependência e o atraso mas que gerem dinâmicas de desenvolvimento.

Está bem o IESE pois não procura caminhos fáceis e preparados para receber um acolhimento entusiástico. Propõe-nos soluções inovadoras que implicam a ruptura com as práticas que perpetuam a dependência e a pobreza. Está lançado o desafio e o trabalho tem de continuar para patamares mais elevados da pesquisa e investigação social e económica.